

NCE/16/00070 — Relatório final da CAE - Novo ciclo de estudos

Caracterização do pedido

Perguntas A.1 a A.10

A.1. Instituição de Ensino Superior / Entidade Instituidora:

Universidade De Lisboa

A.1.a. Outra(s) Instituição(ões) de Ensino Superior / Entidade(s) Instituidora(s):

A.2. Unidade(s) orgânica(s) (faculdade, escola, Instituto, etc.):

Instituto Superior De Agronomia

A.3. Designação do ciclo de estudos:

Sistemas Agrários Tropicais: Produção, Sociedade e Políticas

A.4. Grau:

Mestre

A.5. Área científica predominante do ciclo de estudos:

Agronomia

A.6.1 Classificação da área principal do ciclo de estudos (3 algarismos), de acordo com a Portaria n.º 256/2005, de 16 de Março (CNAEF):

621

A.6.2 Classificação da área secundária do ciclo de estudos (3 algarismos), de acordo com a Portaria n.º 256/2005, de 16 de Março (CNAEF), se aplicável:

-

A.6.3 Classificação de outra área secundária do ciclo de estudos (3 algarismos), de acordo com a Portaria n.º 256/2005, de 16 de Março (CNAEF), se aplicável:

-

A.7. Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau:

120

A.8. Duração do ciclo de estudos (art.º 3 DL-74/2006, de 26 de Março):

2 anos (4 semestres)

A.9. Número de vagas proposto:

20

A.10. Condições específicas de ingresso:

- Titulares do grau de licenciado ou equivalente legal;
- Titulares de um grau académico superior estrangeiro conferido na sequência de um primeiro ciclo de estudos organizado segundo o processo de Bolonha;
- Titulares de um grau académico superior estrangeiro que seja reconhecido como satisfazendo os objectivos do grau de licenciado, aprovado pelo Conselho Científico do ISA;
- Detentores de um Curriculum escolar, científico ou profissional reconhecido como atestando capacidade para a realização do mestrado, aprovado pelo Conselho Científico do ISA

Relatório da CAE - Novo Ciclo de Estudos

1. Instrução do pedido

1.1.1. Deliberações dos órgãos que legal e estatutariamente foram ouvidos no processo de criação do ciclo de estudos:

Existem, são adequadas e cumprem os requisitos legais

1.1.2. Evidências que fundamentam a classificação de cumprimento assinalada:

Foram ouvidos os órgãos da Instituição, designadamente Conselhos de Escola, Pedagógico e Científico e as atas respetivas são apresentadas. Todavia, é indicado que são admitidos titulares do grau de licenciado ou equivalente legal ou titulares de um grau académico superior estrangeiro mas não indica qualquer área científica de formação que permita o ingresso. Devia ser requerida formação em algum domínio das ciências agrárias, embora se compreenda que este 2º ciclo tem um espectro muito amplo e com grande número de optativas.

1.2.1. Docente(s) responsável(eis) pela coordenação da implementação do ciclo de estudos:

Foi indicado e tem o perfil adequado

1.2.2. Evidências que fundamentam a classificação de cumprimento assinalada:

O docente responsável tem o perfil adequado, com uma clara abrangência científica, designadamente em ecossistemas tropicais (produção agrícola e agroflorestal). Além do mais tem um perfil profissional muito relevante tendo sido Presidente da Cooperação Portuguesa entre 2006 e 2012, lecionou em vários países lusófonos, além de manter cooperação a nível do Ensino Superior com Angola, tendo ainda várias publicações sobre os sistemas agrários nestes países.

1.3.1. Regulamento de creditação de formação e experiência profissional

Existe e cumpre os requisitos legais

1.3.2. Evidências que fundamentam a classificação de cumprimento assinalada:

Foi apresentado o regulamento de creditação, o qual cumpre os diplomas legais.

2. Condições específicas de ingresso, estrutura curricular e plano de estudos.

2.1.1. Condições específicas de ingresso:

Existem, mas não são adequadas ou não cumprem os requisitos legais

2.1.2. Evidências que fundamentam a classificação de cumprimento assinalada:

As condições específicas de ingresso estão perfeitamente definidas e obedecem aos requisitos legais, que serão essencialmente titulares do grau de licenciado ou equivalente legal; não obstante, dada a natureza do programa curricular, a integração no curso será no mínimo facilitada para quem tenha formação agrária de base.

2.2.1. Designação

É adequada

2.2.2. Evidências que fundamentam a classificação de cumprimento assinaladas.

O Mestrado em Sistemas Agrários Tropicais: Produção, Sociedade e Políticas, como o nome indica, integra no programa curricular as áreas indicadas no título, assumindo-se como um curso transversal de ciências agrárias, como uma componente de ciências sociais e económicas, não descurando outras ciências como engenharia (ambiente e alimentar).

2.3.1. Estrutura Curricular e Plano de Estudos:

Existem, são adequados e cumprem os requisitos legais

2.3.2. Evidências que fundamentam a classificação de cumprimento assinalada:

O curso tem 120 créditos e distribui-se por 4 semestres, não apresenta ramos e revela uma estrutura curricular que se compagina com as normas legais para este ciclo de estudos.

3. Descrição e fundamentação dos objetivos, sua adequação ao projeto educativo, científico e cultural da Instituição e unidades curriculares

3.1. Dos objetivos do ciclo de estudos

3.1.1. Foram formulados objetivos gerais para o ciclo de estudos:

Sim

3.1.2. Foram definidos objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências) a desenvolver pelos estudantes:

Sim

3.1.3. O ciclo de estudos está inserido na estratégia institucional de oferta formativa face à missão da Instituição:

Sim

3.1.4. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas em 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.3.:

Este Mestrado aparece especialmente vocacionado para a formação no sector agrário nos países tropicais integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e apresenta-se mesmo como sendo um instrumento da estratégia de internacionalização do ensino do ISA perante a Europa e a CPLP. Além do mais, o ISA representa a Escola de referência no setor agrário em Portugal, pelo que a área científica do Mestrado está perfeitamente integrada na missão desta instituição.

3.1.5. Pontos Fortes:

O Mestrado apresenta-se como uma aposta muito forte para a CPLP sendo indicado que a dissertação de mestrado será preferencialmente desenvolvida em parceria com instituições dos países da CPLP em regiões tropicais, com as quais o Instituto Superior de Agronomia, assim como o ex-Instituto de Investigação Científico Tropical (IICT), possuem contactos, o que representa uma possibilidade de intercâmbio e de atração de candidatos extremamente interessante. Além do mais pretende também atrair alunos de países europeus, fornecendo mesmo instrumentos de suporte no apoio à aprendizagem de português.

3.1.6. Pontos fracos:

Possivelmente a ênfase na CPLP tenderá a desvalorizar outros países tropicais que significam mais amplas possibilidades de cooperação e de captação de alunos.

3.2. Adequação ao projeto educativo, científico e cultural da instituição

3.2.1. A Instituição definiu um projeto educativo, científico e cultural próprio:

Sim

3.2.2. Os objetivos gerais definidos para o ciclo de estudos são compatíveis com o projeto educativo, científico e cultural da Instituição:

Sim

3.2.3. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas em 3.2.1 e 3.2.2.:

O ISA representa a Escola de referência no setor agro-florestal em Portugal, pelo que a área científica do Mestrado está perfeitamente integrada na missão desta instituição

3.2.4. Pontos Fortes:

As unidades tecnológicas, CENTROP - Centro de Estudos Tropicais para o Desenvolvimento - e INOVISA - Associação para a Inovação e Desenvolvimento Empresarial - permitem potencialmente um apoio muito importante a este curso. Acresce que a interação existente entre o ISA e docentes deste curso com o Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) poderá ser relevante ao êxito do mesmo.

3.2.5. Pontos fracos:

Nada a acrescentar

3.3. Da organização do ciclo de estudos

3.3.1. Os conteúdos programáticos de cada unidade curricular são coerentes com os respetivos objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências):

Em parte

3.3.2. As metodologias de ensino (avaliação incluída) de cada unidade curricular são coerentes com os respetivos objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências):

Em parte

3.3.3. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas em 3.3.1 e 3.3.2.: Os conteúdos programáticos da generalidade das diferentes unidades curriculares não parecem ser, dum modo geral, sobrepostos, até por envolverem áreas disciplinares de grande diversidade.

Apresentam-se com metodologias adequadas aos objetivos e com sistemas de avaliação bem definidos. Alguma redundância entre UCs está assinalada adiante, no ponto 3.3.5.

3.3.4. Pontos Fortes:

O curso apresenta um bom equilíbrio entre as áreas fundamentais como Agronomia, Ciências Económicas e Sociais e Ciências da Terra, além de outras áreas complementares como Floresta ou Ambiente. A disciplina de Seminário e Orientação parece ser uma boa iniciativa no apoio aos alunos para elaborarem a respetiva dissertação. As formas de avaliação não se concentram num único modelo, o que evita formas de avaliação concentradas num determinado momento. Não existe dispersão das UCs por um número elevado de docentes o que permite um melhor encadeamento das matérias.

3.3.5. Pontos fracos:

O curso parece ser muito teórico, com uma componente elevada em ciências sociais, e parte do princípio que os alunos têm uma boa formação base em Fisiologia, Fertilização, Genética, Rega, ou Produção Animal, o que pode não acontecer, como já se salientou, mas estes aspetos estão virtualmente ausentes do Programa Curricular.

Algumas UCs apresentam um número excessivo de referências bibliográficas (por vezes mais de 10) não permitindo ao aluno referenciar as matérias fundamentais.

É indicado que o estudante, a nível da Dissertação, deverá desenvolver um projeto de investigação original, num domínio fundamental ou aplicado e, ainda, publicações científicas, principalmente em revistas internacionais com arbitragem científica, o que não se adequa a um 2º ciclo. Este aspeto mereceu já alterações indicadas na pronúncia.

Verificamos alguma redundância nos temas biocombustíveis e pós-colheita (lecionados em UCs distintas) e também é um contrassenso abordar a agricultura mediterrânica.

4. Recursos docentes

4.1. O corpo docente cumpre os requisitos legais (corpo docente próprio, academicamente qualificado e especializado na(s) área(s) fundamental(ais)):

Sim

4.2. A maioria dos docentes tem ligação estável à Instituição por um período superior a três anos. A Instituição mostra uma boa dinâmica de formação do seu pessoal docente:

Sim

4.3. Existe um procedimento de avaliação do desempenho do pessoal docente, de forma a garantir a necessária competência científica e pedagógica e a sua atualização:

Sim

4.4. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinalada em 4.1., 4.2. e 4.3.: Atinge um total de 34 o nº de docentes deste ciclo de estudos com o grau de doutor, os quais estão especializados nas áreas fundamentais do mesmo e, simultaneamente, com uma ligação de 3 anos à instituição. Apenas 1 destes docentes não tem exclusividade. Foi publicado o Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes do Instituto Superior Agronomia (RADISA), o qual permite a avaliação quantitativa da atuação do pessoal docente nas diferentes vertentes. O Conselho Coordenador da Avaliação do Docentes (CCAD) do ISA elaborou diversos relatórios sobre as avaliações de desempenho dos docentes relativas aos períodos anteriores ao regulamento em vigor, 2004-2007 e 2008-2009, e terminou a avaliação do desempenho para o triénio 2009-2012, o que dá uma ideia de continuidade no processo de avaliação.

4.5. Pontos fortes:

Sem dúvida a existência dum corpo docente próprio, que abrange as diversas áreas do curso (apesar destas serem numerosas) e que nos parece ser suficientemente qualificado e adequado em número, pelo que cumpre os critérios de referência. Não obstante, a pronúncia refere a necessidade de ajustes como consequência da aposentação de 3 docentes e do falecimento dum outro embora não tenha sido indicada de modo concreto a alteração do corpo docente.

4.6. Pontos fracos:

nada a acrescentar

5. Descrição e fundamentação de outros recursos humanos e materiais

5.1. O ciclo de estudos dispõe de outros recursos humanos indispensáveis ao seu bom funcionamento:
Em parte

5.2. O ciclo de estudos dispõe das instalações físicas (espaços letivos, bibliotecas, laboratórios, salas de computadores, etc.) necessárias ao cumprimento dos objetivos:

Sim

5.3. O ciclo de estudos dispõe dos equipamentos didáticos e científicos e dos materiais necessários ao cumprimento dos objetivos:

Sim

5.4. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas em 5.1, 5.2 e 5.3.:

A afetação de pessoal não docente no ISA não é feita diretamente aos cursos, pelo que os funcionários distribuem-se por serviços de apoio ao curso como a Divisão Académica (8 elementos, a tempo integral e regime de exclusividade), Gabinete de Relações Internacionais (1 elemento a tempo integral e regime de exclusividade), o Centro de Informática (CIISA) e a Biblioteca (BISA), além de técnicos de laboratório que prestam apoio às aulas práticas para diversos cursos. Salas de aula, e laboratórios que tudo indica estarem bem equipados, bem como terrenos experimentais, potenciam um ensino de boa qualidade.

5.5. Pontos fortes:

Destacamos os espaços exteriores afetos ao ISA, como o Jardim Botânico da Ajuda, Parque Botânico da Tapada da Ajuda, Campo de Vinha (3,5 ha), Pomares (2,3 ha) e vários terrenos experimentais na zona da Tapada, o que confere situações únicas para um ensino prático.

5.6. Pontos fracos:

Nada a acrescentar.

6. Atividades de formação e investigação

6.1. Existe(m) centro(s) de investigação, em que os docentes desenvolvem a sua atividade científica, reconhecido(s) e com boa avaliação, na área predominante do ciclo de estudos:

Sim

6.2. Existem publicações científicas do pessoal docente afeto ao ciclo de estudos, na área predominante do ciclo de estudos, em revistas internacionais com revisão por pares nos últimos cinco anos:

Sim

6.3. Existem atividades científicas, tecnológicas, culturais e artísticas desenvolvidas na área do ciclo de estudos e integradas em projetos e/ou parcerias nacionais e internacionais:

Sim

6.4. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas em 6.1, 6.2 e 6.3.:

As atividades de investigação na área do ciclo de estudos são dinamizadas pelos 2 Centros de Investigação financiados pela FCT, com classificação de Muito Bom: LEAF - Linking Landscape,

Environment, Agriculture and Food (Centro de Investigação em Agronomia, Alimentos, Ambiente e Paisagem) e o Forest Research Center (Centro de Estudos Florestais - CEF). Existem numerosas publicações científicas internacionais que abrangem as áreas científicas do curso com especial incidência em Ciências Agronómicas, Florestais, Agroalimentares e Ambientais e, ainda, Estudos Sociais.

6.5. Pontos fortes:

Salientamos a cooperação bilateral com países dos PALOP, nomeadamente a nível de ensino como é o caso do Doutoramento em Gestão e Políticas no Setor Agroalimentar com a Univ Eduardo Mondlane (Moçambique) e dos Mestrados em Agronomia e Rec Naturais com a Univ Agostinho Neto, Univ. Cabo Verde e a Univ J Eduardo Santos e ainda o Mestrado em Agronomia Sustentável com a Universidade de Díli. De destacar igualmente o Programa Apoio ao Desenvolvimento Rural de Angola. Alguns projetos extravasam os próprios PALOPS e abrangem outros países africanos, nomeadamente na africa sub-sahariana. Obviamente que estas colaborações dizem respeito especificamente a países tropicais. Em diversas áreas no domínio agroflorestal o ISA tem numerosos projetos de investigação com parcerias nacionais e internacionais, potenciados pelos centros de investigação assinalados.

6.6. Pontos fracos:

Nada a mencionar

7. Atividades de desenvolvimento tecnológico, prestação de serviços à comunidade e formação avançada

7.1. A oferta destas atividades corresponde às necessidades do mercado e à missão e objetivos da Instituição:

Em parte

7.2. Evidências que fundamentam a classificação de cumprimento assinalada em 7.1.:

Existe na verdade uma experiência acumulada em Agronomia Tropical pelo ISA, ao longo de várias décadas, o que permite que vários docentes do curso permitam criar cada vez mais uma colaboração no ensino e investigação com países da CPLP e não só...

7.3. Pontos fortes:

Existe um interesse crescente por esta área, quer a nível de estudantes nacionais, como de países africanos e , ainda, por parte de estudantes europeus envolvidos em Programas Erasmus.

7.4. Pontos fracos:

O relatório de autoavaliação é parco no fornecimento de informação relevante sobre as atividades de desenvolvimento tecnológico, prestação de serviços à comunidade no âmbito deste ciclo de estudos.

8. Enquadramento na rede do ensino superior público

8.1. Os estudos apresentados (com base em dados do Ministério que tutela o emprego) mostram previsível empregabilidade dos formados por este ciclo de estudos:

Em parte

8.2. Os dados de acesso (DGES) mostram o potencial do ciclo de estudos para atrair estudantes:

Em parte

8.3. O novo ciclo de estudos será oferecido em colaboração com outras Instituições da região que lecionam ciclos de estudos similares:

Em parte

8.4. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas em 8.1, 8.2 e 8.3.:

Existem numerosas parcerias com instituições da CPLP , designadamente Universidades ou instituições ligadas ao desenvolvimento rural e social, o que representam um enorme potencial de atração para estudantes dessas Universidades no sentido de completarem a sua especialização.

Embora não exista uma colaboração com outras instituições, verifica-se que o ISA recebeu os investigadores do ex-Instituto de Investigação Científica Tropical, o que representa uma mais-valia extraordinária para este ciclo de estudos.

8.5. Pontos fortes:

Protocolos estabelecidos com praticamente todos os países africanos de língua portuguesa e também Timor-Leste o que representa uma importante plataforma para os alunos daqueles países prosseguirem os seus estudos.

8.6. Pontos fracos:

Não foi feito um estudo que permita averiguar a capacidade de atração do curso a nível nacional, nem a nível de outros países europeus. São apresentados 3 casos de cursos no espaço europeu em países do centro e norte da europa, mas não é analisado o sucesso desses cursos em termos de captação de alunos e empregabilidade, pelo que os dados disponíveis neste âmbito são escassos. Seria ainda de toda a conveniência uma melhor definição de onde surgirão "os potenciais candidatos originários dos países da CPLP" e a estratégia de captação..

9. Fundamentação do número total de créditos ECTS do novo ciclo de estudos

9.1. A atribuição do número total de unidades de crédito e a duração do ciclo de estudos estão justificadas de forma convincente:

Sim

9.2. Existe uma metodologia para o cálculo dos créditos ECTS das unidades curriculares:

Sim

9.3. Existe evidência de que a determinação das unidades de crédito foi feita após consulta aos docentes:

Sim

9.4. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas em 9.1, 9.2 e 9.3.:
A duração do ciclo de estudos é compatível as determinações legais, O total de Unidades de Crédito ECTS é de 120 (este número é distribuído equitativamente pelos dois anos e pelos 4 semestres; por sua vez, o cálculo dos créditos ECTS de cada unidade curricular condiz, dum modo geral, com o trabalho expectável dos estudantes, enquanto que a dissertação tem 30 ECTS. É indicado que o CC nomeou os professores responsáveis pelas Unidades Curriculares e que estes docentes foram consultados para a natureza programática das disciplinas e para a definição das unidades de crédito, em diálogo com aquele órgão..

9.5. Pontos fortes:

Verifica-se uma distribuição equitativa dos ECTS pelos 4 semestres; existência de disciplinas optativas nos 2º e 3º semestres, mas em nº moderado de ECTS

9.6. Pontos fracos:

Nada a mencionar

10. Comparação com ciclos de estudos de Instituições de referência no Espaço Europeu de Ensino Superior

10.1. O ciclo de estudos tem duração e estrutura semelhantes a ciclos de estudos de Instituições de referência do Espaço Europeu de Ensino Superior:

Em parte

10.2. O ciclo de estudos tem objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências) análogos às de outros ciclos de estudos de Instituições de referência do Espaço Europeu de Ensino Superior:

Em parte

10.3. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas em 10.1 e 10.2.: O Mestrado em Sistemas Agrários Tropicais: Produção, Sociedade e Políticas (MESAT) tem um perfil mais abrangente do que o relativo a outros cursos mencionados no espaço europeu, até porque alguns destes têm mesmo opções alternativas (ramos) dentro do mesmo curso.

10.4. Pontos fortes:

Este é um curso agregador de competências, nas áreas agrícola, florestal, zootécnica, económica, ambiental e de estudos sociais e políticos. Além do mais permite o cruzamento de candidatos com diversas formações e experiências profissionais, o que não deixa de ser positivo, especialmente quando se aborda a aplicação de conhecimentos em países em desenvolvimento.

10.5. Pontos fracos:

Nada a mencionar

11. Estágios e períodos de formação em serviço

11.1. Existem locais de estágio e/ou formação em serviço:

Sim

11.2. São indicados recursos próprios da Instituição para acompanhar os seus estudantes no período de estágio e/ou formação em serviço:

Não

11.3. Existem mecanismos para assegurar a qualidade dos estágios e períodos de formação em serviço dos estudantes:

Em parte

11.4. São indicados orientadores cooperantes do estágio ou formação em serviço, em número e com qualificações adequadas (para ciclos de estudos em que o estágio é obrigatório por lei):

Não aplicável

11.5. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas em 11.1 a 11.4.: É apenas indicado que de acordo com a sua proveniência e interesses, os alunos serão distribuídos por instituições de regiões tropicais para desenvolverem as teses de mestrado e que a seleção pelas entidades será efetuada por aquelas que proporcionarem as melhores condições para acompanhamento dos alunos, quer em termos logísticos quer de tutoria para o trabalho a ser desenvolvido. Os protocolos de colaboração com países africanos são numerosos. Poderia ser também encarada a possibilidade de estágio profissional em contexto empresarial ou em serviços de extensão num desses países, como alternativa à elaboração de dissertação, mas desde que fosse o mesmo convenientemente orientado e desse origem a um relatório de qualidade.

11.6. Pontos fortes:

Encontramos numerosos protocolos com entidades em Portugal, Cabo Verde, Guiné, Angola e Moçambique o que abre amplas perspetivas aos alunos em termos de concluírem a sua dissertação. Em termos de orientação, além dos professores do ISA a tempo integral, a inserção de 30 investigadores do ex-IICT nos quadros do ISA reforça, amplamente, a diversidade de temas em ciências tropicais que os alunos podem escolher a nível de especialização.

11.7. Pontos fracos:

Não estão definidos mecanismos de acompanhamento dos alunos na fase de elaboração das dissertações, especialmente quando fora de Portugal. A coordenação de curso tem de definir os mecanismos necessários e um processo de monitorização.

12. Conclusões

12.1. Recomendação final:

O ciclo de estudos deve ser acreditado

12.2. Período de acreditação condicional, em anos (se aplicável):

<sem resposta>

12.3. Condições (se aplicável):

Não aplicável

12.4. Fundamentação da recomendação:

O curso está relativamente bem estruturado, embora com uma matriz muito generalista. Apresenta um nº de vagas aceitável e tem um corpo docente adstrito à instituição e com grande valia científica, denotando mesmo uma apreciável experiência (e projetos e protocolos a decorrer) no domínio tropical. Pode representar uma extraordinária mais-valia para países africanos (para onde está direcionado) em termos de produção agrária, transformação dos produtos e gestão ambiental, numa perspetiva de sustentabilidade para os setores alimentar, agrícola e florestal com matérias viradas para a disseminação do conhecimento junto das comunidades locais. O curso é muito transversal, envolvendo diversas áreas de conhecimento (ciências agrárias, ciências sociais e políticas e economia). Todavia, o bom sucesso académico só será atingido por quem tenha formação agrária de base. Na verdade, o curso parece ser muito teórico e parte do princípio que os alunos têm conhecimentos em áreas como Fisiologia Vegetal e Silvicultura, Fertilização, Genética, Sistemas de rega ou Produção Animal, aspetos que estão pouco vinculados no Programa Curricular. Estas deficiências na formação de base podem constituir um handicap em alunos licenciados em domínios científicos não agrários. Pelo contrário, as Ciências Económicas e Sociais têm um peso significativo. O ISA além de ser uma instituição historicamente vocacionada para este tipo de cursos, apresentando protocolos diversos com instituições da CPLP na área agrária, possui infraestruturas e equipamentos, além de áreas experimentais, que constituem um excelente suporte para o curso, que pode beneficiar ainda de centros de investigação como o LEAF e CEF. As UCs indicadas no plano de estudos obedecem ao carácter transversal do curso, abarcando a diversidade implícita da designação do curso; acresce que os programas curriculares se apresentam consentâneos com os objetivos expressos, com algum grau de liberdade dado pelas disciplinas optativas, que se apresentam em número equilibrado.

O curso ganharia com a definição duma estratégia para atração de alunos europeus e também de ligação com outras instituições nacionais de formação agronómica, criando uma articulação em rede. Também nos parece que o curso não deve estar apenas ancorado em países africanos da CPLP, perdendo-se possivelmente cooperações mais alargadas com outros países africanos. O curso prevê, aliás, um apoio para o domínio da língua portuguesa.

É reconhecido que um handicap do curso está ligado com a orientação à distância a nível das dissertações, devendo estar evidenciados os mecanismos a criar para o efeito. Este é o aspeto mais crítico da atual proposta, designadamente a necessidade de haver orientadores nos países onde os alunos desenvolvem as dissertações. A possibilidade de ser encarado um estágio em contexto de empresa em vez de dissertação poderia facilitar essa supervisão. Por outro lado, não nos parece que a não acreditação pela Ordem dos Engenheiros seja efetivamente um ponto fraco do curso, dado estar virado para o exterior, sendo bem mais relevante ser reconhecido e divulgado dentro do espaço europeu e dos países de expressão portuguesa.

Sugerimos apenas como possibilidade que o excessivo carácter generalista do curso, poderia ser suscetível de ser resolvido através da criação de 2 ramos/ variantes: um deles poderia ser orientado para a área das Ciências Sociais e o outro Agronomia Tropical, ou sistemas agro-florestais tropicais. A pronúncia considera contudo que o curso procura transmitir competências que possibilitem uma intervenção ativa em termos de realização de diagnóstico para a definição, implementação e avaliação de iniciativas em comunidades rurais que, nos países em desenvolvimento, assentam em economias agroflorestais com uma reconhecida complexidade económica e social específica e que tal exige um plano de estudos multidisciplinar. O programa curricular enviado no contraditório introduz ligeiras modificações, em especial uma redução da componente florestal, o que não é positivo, mas parece ser consequência delimitações recentes no corpo docente. A finalizar, seria de rever alguns conteúdos programáticos por haver alguma redundância (particularmente nos temas

biocombustíveis e pós-colheita ou estatística, lecionados em UCs distintas) e é também um contrassenso abordar a agricultura mediterrânica (olivicultura, beterraba) num curso vocacionado para os trópicos. A pronúncia analisou estes aspetos e introduziu alterações.